



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

OFÍCIO Nº 65/2024/ASPAR/GM

Brasília, na data da assinatura.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação nº 2913/2023, de autoria do Deputado Hugo Leal.

Senhor Primeiro Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 517 (7865065), de 14 de dezembro de 2023, por meio do qual o Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados encaminha cópia do Requerimento de Informação nº 2913/2023, de autoria do Deputado Hugo Leal (PSD/RJ), *requer informações, no âmbito das competências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), informações sobre denúncias de descumprimento de norma do CONTRAN sobre placa veicular, em face de procedimentos e normas de Departamentos de Trânsito Estaduais (DETRAN) em desacordo com o estabelecido na Resolução CONTRAN nº 969/2022, gerando aumento de custos de placas e restrição de atuação de empresas que cumprem a regulamentação vigente.*

Sobre o assunto, a Secretaria Executiva - SE encaminhou, por meio do Despacho nº 128/2024/SE (7946464), de 12 de janeiro de 2024, a Nota Técnica nº 35/2024/CGREG-SENATRAN/DRFG-SENATRAN/SENATRAN (7944083), expedida pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, em 12 de janeiro de 2024, a qual informa ponto a ponto todos os questionamentos contidos no Requerimento de Informação nº 2913/2023, de autoria do Deputado Hugo Leal, conforme segue:

1. A atual resolução CONTRAN nº 969/2022 trata de todos os aspectos relacionados à fabricação, estampagem e emblemação? Se sim, o que tem sido feito quando algum DETRAN extrapola suas competências, estabelecendo novos requisitos para atuação de fabricantes e estampadores de placas? Se não, quais seriam os limites de atuação dos DETRAN, para fins de credenciamento de estampadores e emblemação de veículos?

A Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022, que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional aborda todos os tópicos mencionados: fabricação, estampagem e emblemação, como visto, por exemplo, no Capítulo IV da supracitada Resolução e em seu Anexo III. Porém, como em qualquer processo regulatório, não é possível garantir que a regulamentação cubra todos os aspectos possíveis sobre qualquer tema, o que enseja constantes aprimoramentos e discussões junto ao poder público e à sociedade. Sobre o processo de fabricação e estampagem de PIV e emblemação de veículos não é diferente. O tema é complexo, afinal são milhões de veículos emblemação anualmente em todo o país, com processos que envolvem o setor público e privado. Dessa forma, a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) continua analisando a questão para melhoria da prestação dos serviços públicos ao cidadão.

Quanto à atuação dos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal (DETRAN), compete à SENATRAN proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, conforme disciplina o inciso II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Para tal, a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/codArquivoTeor/2383373-Oficio-65-7946464-12>

Ofício 65 (7946464-12)

SEI 50006.035724/2023-47 / pg. 1

2383373

SENATRAN analisa denúncias e executa o monitoramento de atividades. Em caso de suspeitas de irregularidades, são solicitados esclarecimentos junto ao órgão, podendo ensejar em abertura de processo administrativo e encaminhamento dos fatos às demais autoridades competentes.

2. A SENATRAN tem conhecimento das normas que têm sido exaradas pelos DETRAN e de eventuais irregularidades no credenciamento de empresas que cumprem a Resolução CONTRAN nº 969/2022?

A expedição de instrumentos normativos sobre os processos de emplacamento por alguns DETRAN, como portarias, é conhecido pela SENATRAN, e já ensejou uma série de comunicações entre ambos, tanto para esclarecimentos, quanto para determinar a correção de algum procedimento ou normativo. Destaca-se que, conforme o art. 8º da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, compete aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal credenciar as empresas estampadoras de PIV no âmbito de sua circunscrição. De todo modo, visando subsidiar inúmeros processos sobre o tema em curso na SENATRAN, foi encaminhado, em 28 de dezembro de 2023, o Ofício-Circular 963/2023/GAB-SENATRAN/SENATRAN (7903961) aos dirigentes dos DETRAN. Uma das solicitações foi que o DETRAN informasse se há algum normativo expedido no âmbito do Estado ou DF com regras para credenciamento de estampadores, e, em caso positivo, que anexassem o ato normativo vigente. O prazo estabelecido pela SENATRAN para resposta é 12 de janeiro de 2024.

3. Existem processos em tramitação no Ministério tratando de denúncias contra tentativa de monopólio ou oligopólio relacionada às atividades de fabricação e estampagem de veículos?

Ao longo do tempo, a SENATRAN recebeu diversas denúncias, sendo algumas relacionadas à dispensa, pelos DETRAN, da utilização do sistema informatizado do fabricante de PIV e outras que versam sobre a imposição de requisitos adicionais para o credenciamento de empresas estampadoras. Tais denúncias foram protocoladas por meio dos seguintes processos administrativos:

I - 50000.051238/2019-90 (50001.042666/2021-36): denúncia em face do DETRAN/MS sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019, ao editar a Portaria DETRAN/MS nº 59, de 2019, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

II - 50000.029174/2020-84 (50001.029726/2020-44): denúncia acerca de supostas irregularidades nos processos de credenciamento de empresas estampadoras de PIV junto ao DETRAN/AL e DETRAN/SE, em descumprimento às determinações da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019;

III - 50001.009223/2020-52 (50000.011996/2020-17): denúncia sobre supostas irregularidades promovidas pelo DETRAN/MS ao estabelecer critérios adicionais aos do Anexo III da Resolução CONTRAN nº 780 de 2019;

IV - 50001.025835/2020-92: denúncia em face do DETRAN/AL sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019, ao editar a Portaria DETRAN/AL nº 700, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

V - 50001.024394/2021-92 (50000.014586/2022-81): denúncia em face do DETRAN/GO sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019, ao editar as Portarias DETRAN/GO nº 666/2020, nº 1020/200, nº 259/2021, nº 359/2020 e a Instrução de Serviço nº 110/2020, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

VI - 50000.023411/2022-65: denúncia em face do DETRAN/MG sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, ao editar a Portaria DETRAN/MG nº 890, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

VII - 50000.026189/2022-52 (50000.000537/2023-42 e 50000.004447/2023-21): denúncia encaminhada pela empresa RN PLACAS EIRELI (CNPJ nº 09.331.175/0001-56) em face dos DETRAN/AL, DETRAN/RN, DETRAN/BA e DETRAN/MG sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, ao estabelecerem critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

VIII - 50000.038172/2022-48: denúncia em face do DETRAN/MS sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019, ao editar a Portaria DETRAN/MS nº 59, de 2019, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

IX - 50000.023534/2022-04 (50000.031610/2022-47): denúncia acerca de supostas irregularidades nos processos de credenciamento de empresas estampadoras de Placas de Identificação Veicular (PIV) que tramitam no âmbito do DETRAN/AL, em descumprimento à Resolução CONTRAN nº 969, de 2022.

X - 50000.002233/2023-10: denúncia em face do DETRAN/GO sobre supostas irregularidades nos



processos de credenciamento de empresas estampadoras, em contrariedade ao disposto na Resolução CONTRAN nº 969, de 2022;

XI - 50000.001049/2023-52: denúncia em face do DETRAN/SP sobre suposto descumprimento da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, estabelecendo critérios adicionais de credenciamento de estampadores;

XII - 50000.034753/2020-49: denúncia em face do DETRAN/RO que teria apresentado empecilhos para o credenciamento de empresas estampadoras de PIV;

XIII - 50000.042288/2020-10: denúncia contra o DETRAN/AL. A empresa EMPLAC BRASIL informa que o DETRAN/AL editou a Portaria DETRAN-AL nº 700 de 30/07/2020, exigindo da estampadora equipamento/sistema de identificação “biométrico facial” por “geoposicionamento” não permitido pelo CONTRAN;

XIV - 50001.012535/2020-43: denúncia contra o DETRAN/GO. Estampadora denuncia o DETRAN/GO por fixar o valor da Placa de Identificação Veicular (PIV) em todo o Estado, sob pena de desc credenciamento das empresas estampadoras;

XV - 50000.021564/2023-59: denúncia contra o DETRAN/PE: indeferimento do pedido de credenciamento de empresa estampadora de PIV;

XVI - 50001.008359/2020-45: denúncia contra o DETRAN/PI. Irregularidades nos processos de credenciamento de empresas estampadoras de placas de identificação veicular (PIV), que tramitam no âmbito do DETRAN/PI, em descumprimento às determinações da Resolução CONTRAN nº 780, de 2019;

XVII - 50001.011153/2021-83: denúncia contra o DETRAN/AM. Monopólio da placa Mercosul no Amazonas em favor de uma única empresa. Relata que o DETRAN/AM mantém a licitação, contrariando a determinação do MP e da Resolução CONTRAN nº 780/2019, que prevê o credenciamento de empresas estampadoras de PIV;

XVIII - 50001.031234/2020-19 (50000.031027/2020-74): denúncia contra o DETRAN/AL. A empresa EMPLAC BRASIL relata irregularidades na Portaria nº 700, de 30 de julho de 2020, editada pelo DETRAN/AL para estabelecer novas regras para emplacamento de veículos. Relata que tais regras violariam a Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019.

XIX - 50000.020489/2020-66: denúncia contra o DETRAN/PR: Estampadora de PIV informa que no DETRAN/PR não há sistema que exija a definição de preço total da PIV, tampouco o carregamento do arquivo da Nota fiscal;

XX - 50000.022309/2022-42: denúncia contra o DETRAN/TO. relata que o órgão estabeleceu divisão equitativa das placas entre os estampadores do Estado; e

XXI - 50000.026448/2022-45: denúncia em face do DETRAN/MS. DETRAN cobra dos estampadores cerca de 42 reais por placa estampada. O não pagamento gera a suspensão da atividade da empresa.

4. Especificamente quanto à Portaria nº 436/2023/GP/DETRAN-MT que regula o credenciamento de fornecedores de sistema de emplacamento de veículos automotores junto ao DETRAN-MT: esta portaria contraria o disposto no art. 7º, incisos V e VII, da Resolução CONTRAN nº 969/2022? Se sim, o que está sendo feito para combater essa portaria e que medidas estão sendo adotadas para combater normas similares que estariam sendo adotadas pelos DETRAN do país?

Conforme mencionado anteriormente, o Ofício-Circular 963/2023/GAB-SENATRAN/SENATRAN (7903961), encaminhado aos dirigentes dos DETRAN, solicitou uma série de esclarecimentos quanto aos processos de estampagem e emplacamento de veículos. Dentre eles, além da já citada solicitação quanto a possíveis normativos expedidos no âmbito da circunscrição de cada DETRAN sobre o credenciamento de estampadores, foi solicitado também que o DETRAN descrevesse o processo de estampagem e emplacamento no Estado ou DF e quais os critérios/ exigências do órgão para a sua comprovação, detalhando os sistemas eventualmente utilizados pelo órgão para o emplacamento veicular. Dessa forma, não há elementos suficientes no momento para que a SENATRAN julgue a conformidade da Portaria nº 436/2023/GP/DETRAN-MT à Resolução CONTRAN nº 969, de 2022. Os levantamentos ainda estão sendo realizados pela SENATRAN, e não se restringem a uma unidade da federação específica. Ao término do processo, caso a SENATRAN identifique irregularidades nos processos conduzidos pelos DETRAN, tomará as medidas cabíveis na legislação atual, incluindo o encaminhamento dos fatos aos demais órgãos competentes.

5. Esse Ministério tem conhecimento de que empresas com interesse direto na regulamentação e serviços dos DETRAN estariam patrocinando eventos realizados pela Associação Nacional de Detrans - AND? Representantes da SENATRAN já participaram desses eventos e constatarem essa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2383373&idEvento=2383373>

prática? Qual o entendimento do Ministério quanto a esse conflito de interesses?

Segundo informação disponível no próprio sítio eletrônico da Associação Nacional de Detrans (AND), em <http://www.and.org.br/institucional/sobre-and/>, trata-se de uma “*entidade civil constituída pelos dirigentes máximos, em exercício, dos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, com personalidade jurídica própria autonomia administrativa, financeira, patrimonial e técnica, sem fins lucrativos, apolítica, de direito privado e âmbito nacional*”. Tal associação não possui qualquer vínculo com a SENATRAN, à luz das competências definidas no Código de Trânsito Brasileiro, tampouco quanto aos eventos por ela organizados, que são de sua exclusiva responsabilidade, já que ela detém autonomia administrativa, financeira, patrimonial e técnica. A participação de representantes da SENATRAN em tais eventos se dá por legítimo interesse institucional, tendo em vista a discussão de importantes temas juntos aos DETRAN, que sempre enviam seus dirigentes e técnicos para participarem de diferentes debates. Destaca-se também que tais participações sempre ocorrem mediante convite prévio, constando em agendas públicas de autoridades da SENATRAN, tal como ocorre na participação de eventos de outras associações e organizações. Dessa forma, a SENATRAN desconhece os processos de patrocínio de tais eventos, bem como seus patrocinadores. A SENATRAN está atenta a eventuais conflitos de interesse no âmbito de suas competências, manifestando-se sempre no sentido do aumento da conformidade e fortalecimento dos programas e ações de integridade. Todavia, não há que se falar em práticas de associações com personalidade jurídica própria, cuja atuação não está sobre a alçada direta da SENATRAN.

6. Ainda existem Estados que estão com a prática de licitação para contratação de empresas fabricantes e estampadores de placas, mesmo depois da decisão do STF no bojo da ADI 6313? Se sim, como está a atuação desse Ministério para impedir que haja monopólio na prestação de serviço de interesse público?

A autorização de fabricantes de PIV é de competência exclusiva da SENATRAN, conforme inciso II do art. 7º da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, e o processo ocorre mediante credenciamento. Quanto aos estampadores, há indícios de que alguns Estados praticam a modalidade de licitação para contratação de empresas estampadoras de PIV. Novamente, o Ofício-Circular 963/2023/GAB-SENATRAN/SENATRAN (7903961) solicitou aos dirigentes dos DETRAN esclarecimentos sobre a questão, inclusive o envio de arquivo contendo a relação de estampadores atualmente credenciado em suas circunscrições, com informações como o nome e CNPJ do estampador, e as datas de credenciamento e de sua vigência. Os DETRAN devem informar, ainda, se novos requerimentos de empresas interessadas em se credenciar como estampadores podem ser realizadas a qualquer tempo ou se devem obedecer a algum calendário específico ou se o credenciamento de novas empresas está suspenso.

7. A SENATRAN está exercendo seu papel fiscalizador junto aos fabricantes de placas, bem como aos DETRAN? Se não, o que está sendo feito para corrigir esse problema, considerando que a SENATRAN não pode se eximir de suas responsabilidades, bem como, pode responder solidariamente por eventuais irregularidades que estejam sendo cometidas por algum DETRAN?

Na análise dos processos pela atual gestão, constatou-se a necessidade de melhorias nos processos de credenciamento e fiscalização de empresas fabricantes de placas, que estão neste momento sendo estudadas pelos técnicos da SENATRAN. Uma das medidas para entendimento da realidade atual é a análise dos dados de emplacamento de veículos em cada Unidade da Federação (UF) obtidos junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), organizado e mantido pela SENATRAN. Esta análise se encontra em curso, e nela será possível verificar quais fabricantes e estampadores atuaram nos emplacamentos em cada UF ao longo dos últimos anos, de forma a detectar possíveis irregularidades ou indícios de práticas anticoncorrenciais.

8. As normas editadas pelos DETRAN estão sendo comunicadas à SENATRAN para fins de avaliação de sua adequação à Resolução CONTRAN nº 969/2022?

Atualmente, os DETRAN não submetem suas portarias para avaliação da SENATRAN, seja no tocante à Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, seja em outros regulamentos. Por essa razão, a SENATRAN solicitou o envio dos normativos, com prazo até 12 de janeiro de 2024.

9. esse Ministério tem conhecimento do Ofício-Circular nº 2473/2022/CGREG-SENATRAN/DRF-SENATRAN/SENATRAN, considerando que emplacamento é uma atividade e estampagem é outra, mas as Portarias dos DETRAN estão vinculando uma atividade à outra, obrigando à aquisição de sistemas diferentes do estabelecido nas competências da própria SENATRAN, impedindo o credenciamento ou descredenciando estampadores e fabricantes que não contratam esse dito sistema de fiscalização? Isso tudo a poucos dias do encerramento do Governo anterior? E se fosse o



caso, tal entendimento não deveria estar positivado na própria Resolução CONTRAN nº 969/2022, já que esta estabelece como competência da SENATRAN o sistema de emplacamento, conforme art. 7º? O conteúdo desse ofício não seria usurpação de função do CONTRAN?

Sim, a SENATRAN tem conhecimento do Ofício-Circular nº 2473/2022/CGREG-SENATRAN/DRF-SENATRAN/SENATRAN. Apurou-se que tal Ofício foi expedido no âmbito do processo administrativo nº 50000.045249/2022-36, em atenção à sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, nos autos da Ação Judicial nº 0249645-96.2022.8.06.0001, ajuizada por Costa & Ferreira Placas Ltda em face do DETRAN/CE. A citada decisão julgou improcedente o pedido do autor, sob o argumento de que o DETRAN/CE, ao editar Portaria que determinava que o sistema de gerenciamento e segurança para o emplacamento, lacração e auxílio à fiscalização, fosse validado e homologado pelo DETRAN, "atuou nos limites de suas atribuições com intuito de conferir maior garantia e segurança ao processo (execução do serviço) de emplacamento, especialmente visando coibir fraudes." Além disso, destacou que a atividade de emplacamento não se confunde com o procedimento de credenciamento de empresas fabricantes ou estampadoras de PIV e ressaltou que não restou caracterizada inobservância à Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2021 (substituída pela Resolução CONTRAN nº 969, de 2022). Contudo, atualmente, a SENATRAN ainda está apurando quais os processos de emplacamento utilizados nos Estados e no Distrito Federal, especialmente quanto aos sistemas empregados. Dessa forma, o entendimento da gestão atual acerca das diferenças entre os processos de estampagem e de emplacamento dos veículos ainda não está consolidado, necessitando de análises mais aprofundadas. Concordando com o ilustre Deputado, é possível que sejam necessários ajustes regulatórios pelo CONTRAN, de forma a pacificar a questão, análise esta que também se encontra em curso.

10. Esse Ministério tem conhecimento do Ofício-Circular nº 2063/2022/CGFIS-SENATRAN/DRF-SENATRAN/SENATRAN, o qual, em seu conteúdo, contraria o próprio Ofício-Circular nº 2473/2022, destacando a impossibilidade de o DETRAN estabelecer novas exigências para credenciamento dos estampadores? O que teria motivado a diferença entre esses dois ofícios circulares com diferença de dois meses entre ambos?

Apurou-se que o Ofício-Circular nº 2063/2022/CGFIS-SENATRAN/DRF SENATRAN/SENATRAN, direcionado aos DETRAN, enfatizava o disposto no art. 9º da Resolução CONTRAN nº 969, de 2022, solicitando aos DETRAN que analisassem, no prazo de 60 dias, as portarias editadas sobre o tema, bem como sua conformidade com o dispositivo supracitado. E, em caso de eventual divergência, que fossem adotadas as providências necessárias à adequação do normativo estadual à norma do CONTRAN. Frisa-se que o referido ofício foi expedido no âmbito do processo administrativo nº 50000.026189/2022-52. Naquela oportunidade, a Coordenação-Geral de Fiscalização (CGFIS) da SENATRAN emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 131/2022/CGFISSENATRAN/DRF-SENATRAN/SENATRAN (SUPER nº 5965890) asseverando que o único sistema informatizado permitido para os processos de fabricação e estampagem (etapas prévias ao emplacamento) seria o disponibilizado pela SENATRAN. A análise de ambos os Ofícios e das razões para sua expedição, bem como dos eventuais impactos ainda estão sendo avaliados pela atual gestão da SENATRAN.

11. Existe algum estudo para modificação da Resolução CONTRAN nº 969/2022? Se sim, quais seriam os motivos, fundamentos e previsão de tempo?

Há inúmeras solicitações de diferentes órgãos e entidades ligadas ao trânsito para promover revisões à Resolução CONTRAN nº 969, de 2022. Entretanto, as sugestões, bem como os demais aspectos importantes para o entendimento do problema, ainda estão sendo avaliados pelos técnicos da SENATRAN, não havendo, até o momento, previsão de término dos trabalhos.

Cabe ressaltar que o Ministério dos Transportes está comprometido em aprimorar o setor de trânsito no Brasil. A atenção dedicada à Resolução CONTRAN nº 969/2022, evidencia este esforço. Diversas solicitações de revisão foram feitas por órgãos e entidades relevantes, e embora as recomendações e aspectos cruciais para a compreensão da situação ainda estejam em análise pela SENATRAN, tal processo demonstra a diligência e o cuidado do Ministério na busca por soluções eficazes e bem fundamentadas. Este período de avaliação técnica é um passo vital para garantir que qualquer atualização ou mudança na resolução seja baseada em informações completas e precisas, refletindo o compromisso do Ministério com a melhoria contínua do setor de trânsito.

Por fim, reafirmo que a equipe técnica desta Pasta permanece à disposição para quaisquer comentários adicionais.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTem=2383373&codArquivo=035724/2023-47> / pg. 5



Atenciosamente,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Ministro de Estado dos Transportes



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Ministro de Estado dos Transportes**, em 12/01/2024, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7946712** e o código CRC **84AEC1DD**.



Referência: Processo nº 50000.035724/2023-47



SEI nº 7946712

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.infraestrutura.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2383373>

Encio 05 (7946712)

SEI 50000.035724/2023-47 / pg. 6

2383373